



Índice

1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Director Executivo

2 Soberania Alimentar em África

- Medidas Abrangentes para o Melhoramento das Condições de Cultivo..... 2
- Excursão dos Oradores: Acções de Lobby para Melhores Parcerias Norte-Sul..... 4

3 Dando Voz aos Sobreviventes da Violência Sexual

- Segurança e Justiça da Mulher..... 6

4 VIH e SIDA em Foco

- Olhando para Além da Preocupação com a Saúde..... 8
- Campanha 'Juntos' Trazemos a Esperança às Comunidades Locais..... 8

5 Construindo a Paz através do Diálogo

- Diálogo e Paz Conduzidos pela Comunidade Ganham Ímpeto 10

6 Secção Financeira

7 Sobre a ACORD

Publicado em 2010, Nairobi, Quênia
© 2010 ACORD (Agência de Cooperação e Pesquisa para o Desenvolvimento)
Desenhado por Christine Okila
Fotografia da Capa pela ACORD em Ruanda
Fotografias de Ali Zang-Nezoune, Ann Chira, Dolico Limited, IRIN, Julia Liliana, Kaiprod, Nick Elebe e Ruthpearl Ng'ang'a



Conferência de Kampala sobre a segurança da mulher e diligências preparatórias, Outubro de 2009

1 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Director

Temos o privilégio de apresentar o Relatório Anual da ACORD para o ano de 2009. Juntos tivemos o mesmo percurso durante o ano findo e o apoio que a ACORD tem prestado continua a fazer a diferença na vida das mulheres, dos homens e das crianças em África.

O presente relatório descreve o contexto das nossas actividades de desenvolvimento, bem como os programas implementados juntamente com os nossos parceiros locais ao nível da base, nacional, regional, pan-africano e global.

Em 2009, foi reportado que, em termos globais, cerca de um bilião de pessoas passavam fome diariamente. Na África sub-sahariana, cerca de 230 milhões de pessoas não tinham acesso a alimentos ou se encontravam desnutridas. Esta situação é inaceitável.

Na ACORD, estamos a tomar medidas imediatas para combater o número crescente de pessoas que passam fome na África subsariana através de uma série de acções práticas levadas a cabo no contexto dos nossos objectivos de advocacia e de posicionamento estratégico, sem descuidar as alianças que temos desenvolvido com os nossos parceiros do Hemisfério Norte.

Em 2009, a ênfase nas acções da ACORD incidiu no envolvimento da sociedade civil e do cidadão tendo como ponto de partida o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP) da União Africana para a abordagem da pobreza e dos direitos do homem e das comunidades. O objectivo supremo do CAADP é erradicar a fome e reduzir a pobreza através de um crescimento alicerçado na agricultura. A ACORD está a trabalhar no sentido de prestar apoio aos grupos de agricultores para que possam assumir um papel mais preponderante na formulação das políticas agrárias e de segurança alimentar.

A ACORD, juntamente com os seus parceiros, também continuou a promover a igualdade do género através da capacitação das organizações da mulher para tomarem parte nos fóruns de política nacionais e regionais. A organização também continuou a acompanhar os esforços das comunidades e dos agricultores na gestão e prevenção de conflitos e nos processos de construção da paz. A ACORD abordou igualmente as questões do estigma relacionado com o HIV e SIDA e com a discriminação em todas as suas facetas.

Em todos os processos acima descritos, as abordagens de política e advocacia adoptadas tiveram subjacente a necessidade de se estabelecer uma relação entre a realidade local e as exigências políticas no âmbito dos processos políticos regionais, continentais e internacionais com impacto na vida das pessoas com quem a organização trabalha. A política e o trabalho de advocacia da ACORD continuarão a ser impulsionados pelas necessidades locais com base em pesquisa centrada nas populações.

Não obstante estas realizações, muito há ainda por se fazer face aos desafios que continuam a flagelar as comunidades que estão a construir as suas vidas e a procurar a justiça nos vários quadrantes do continente africano. A produção alimentar, a resolução de conflitos, o HIV / SIDA e os direitos da mulher são apenas alguns destes desafios.

Isto significa que o roteiro para o desenvolvimento de África ainda não está concluído e, como tal, requer a contribuição de todos.

A ACORD encontra-se bem posicionada para lidar com muitos dos desafios acima, graças à sua presença generalizada ao nível da base. O nosso papel como uma organização pan-africana trabalhando em prol de uma causa comum com as populações carenciadas e com aqueles que viram negado o seu direito à justiça social e ao desenvolvimento, permite que possamos trabalhar de forma sadia com as associações e as redes comunitárias.

Neste contexto, o ano de 2009 forma parte dessa longa história de trabalho dedicado e focalizado abrangendo mais de 30 anos cujo objectivo é lograr a justiça social e, em nome dos funcionários, da direcção e do conselho de administração da ACORD, gostaríamos de agradecer a todos os nossos parceiros e patrocinadores sem os quais não teria sido possível logarmos este impacto positivo na vida das pessoas carenciadas e marginalizadas pela justiça social em África.



Ibrahim Ouedraogo
Presidente



Ousainou Ngum
Director Executivo



Mulheres preparando terras para cultivo em Kitgum distrito do Norte da Uganda. Há necessidade de democratização do debate e dos processos de tomada de decisão no CAADP de modo a garantir que as decisões de política sejam impulsionadas pelo envolvimento participativo das mulheres e das organizações de agricultores de pequena escala.

2 Soberania Alimentar em África

Medidas Abrangentes para o Melhoramento das Condições de Cultivo

Os sistemas alimentares em África têm de forma consistente excluído a vasta maioria das pessoas envolvidas na produção de alimentos e na alimentação das populações de participar na formulação das políticas alimentares e agrárias. Estes grupos incluem mulheres, pequenos agricultores, populações autóctones, migrantes, trabalhadores agrícolas e pesqueiros, bem como aqueles que estão envolvidos na pastorícia. É fundamental que os produtores de alimentos, que representam uma proporção

significativa das populações que passam fome, dêem o seu contributo na formulação das políticas que afectam a sua própria subsistência.

Redução da Pobreza

A implementação do processo do CAADP proporciona opções viáveis que podem efectivamente dar resposta à situação de pobreza e aos direitos das pessoas e das comunidades em África. O objectivo do CAADP é erradicar a fome e reduzir a pobreza através de um crescimento alicerçado na agricultura.

O CAADP foi criado em 2003, quando os governos africanos comprometeram-se, na Declaração de Maputo, a alocar 10% do orçamento nacional ao sector da agricultura. Embora o progresso tenha sido lento nos últimos anos, o choque causado pelo aumento do preço de alimentos que se fez sentir no mundo em 2007 e 2008 trouxe a agricultura e a segurança alimentar de volta para o topo da agenda internacional.

A ACORD procura dar o seu contributo a este processo, promovendo um movimento sustentado de agricultores e levando as suas necessidades à atenção dos decisores políticos e dos governos nacionais. As parcerias ao nível da base também ajudarão a fortalecer as redes dos agricultores e a melhorar o acesso aos mercados e as capacidades comerciais ao nível nacional e regional.

Estas actividades asseguram o cumprimento das metas do CAADP e do compromisso dos governos no sentido de alocar 10% do orçamento nacional à agricultura e de garantir que o investimento beneficie os pequenos produtores e, em particular, a mulher.

Em 2009, a ACORD levou a cabo um levantamento das capacidades das redes de soberania alimentar ao nível nacional, a fim de melhorar a qualidade das intervenções de advocacia política. Este exercício e as informações obtidas estão a ajudar na identificação das necessidades bem como na definição das modalidades de apoio e no apoio ao desenvolvimento das redes de agricultores.



“Os países devem poder ter a opção de conferir prioridade à produção para o consumo interno e para a auto-suficiência alimentar e devem ser capazes de tomar medidas para evitar o dumping e para combater o abuso do poder de mercado pelos agronegócios”

- Para além dos 10%: Tornar o CAADP Funcional para a Soberania Alimentar em África



Pequenos agricultores na época de colheita. Dado o papel fundamental que as mulheres ocupam na agricultura africana, deviam dar um contributo directo na formulação das políticas agrárias a todos os níveis, incluindo o nível internacional.

Excursão dos Oradores: Acções de Lobby para Melhores Parcerias Norte-Sul

“Em África, a crise económica e financeira já se transformou em crise alimentar e os Acordos de Parceria Económica só virão exacerbar a situação”

Mary Sakala, Associação dos Agricultores de Pequena Escala da África Oriental.

Os Acordos de Parceria Económica, ou APEs, são objecto de negociação entre os países do ACP e a União Europeia. O debate continua a suscitar reacções fortes por parte das organizações da sociedade civil africanas visto que começam a surgir dúvidas em relação aos reais benefícios para os agricultores locais.

Com o objectivo de trazer as preocupações dos agricultores, em particular, à atenção dos decisores europeus, a ACORD organizou, em Março de 2009, uma ‘Excursão de Presidentes de Assembleia’ para os líderes dos agricultores, deputados nacionais e a própria ACORD.

Com o apoio da ACORD e seus parceiros europeus, a delegação deslocou-se a Berlim, Bruxelas, Madrid, Paris e Londres com a finalidade de engajar os agricultores, os parlamentares, a sociedade civil e os média europeus nos debates em torno dos APEs e da Política Agrícola Comum da Comunidade Europeia, ambos os instrumentos susceptíveis de vir a surtir resultados negativos para os pequenos agricultores africanos.

“A actual crise alimentar aponta para a necessidade urgente da introdução de regulamentos comerciais mais justos. Ao invés de perpetuar a dependência de África na benevolência dos países desenvolvidos, exigimos um acordo justo orientado para o desenvolvimento”

Catherine Kimura, Presidente da Comissão Permanente de Comércio da Assembleia Legislativa da África Oriental.

Protecção contra a Concorrência Desleal e a Fragmentação

No Parlamento Europeu, em Bruxelas, os agricultores e os parlamentares africanos enfatizaram os efeitos nocivos do dumping de produtos agrícolas pela União Europeia. Durante a sua permanência na Bélgica, os delegados também efectuaram uma visita à maior organização de agricultores flamengos (Boerenbond). Ficaram satisfeitos ao ouvir os Boerenbond a compartilhar da sua preocupação de que as regiões africanas deviam ter a possibilidade de proteger os seus mercados internos e regionais contra a concorrência desleal.

Teme-se que os APEs venham comprometer as perspectivas de desenvolvimento dos mercados emergentes africanos e limitar as iniciativas locais que visam garantir a segurança alimentar no continente. Além disso, o temor de que os APEs comprometerão os esforços de integração regional têm vindo progressivamente a ser confirmados como genuínos.

Por conseguinte, os esforços das organizações da sociedade civil e dos movimentos de agricultores no sentido de se fazerem ouvir deverão continuar no futuro. É provável que, à medida que os efeitos nocivos associados com os APEs começam a manifestar-se, granjeiem maior apoio ao nível da base em toda a África.



Manifestações públicas durante a campanha “Pare, Pense e Resista”, em 2009, em protesto contra os efeitos nocivos dos Acordos de Parceria Económica.



Mosaico reflectindo a triste realidade dos crimes ocultos da guerra e a luta para acabar com a impunidade na violência sexual contra a mulher e a rapariga.

Dando Voz aos Sobreviventes da Violência Sexual

Segurança e Justiça da Mulher



Conferência de Kampala, Outubro de 2009

O aumento no nível e tipo de violência contra a mulher e a rapariga na última década demonstra que os quadros jurídico-legais no papel pouco significam sem aplicação prática e sem um compromisso para com o Estado de Direito. Isto é especialmente verdade no que respeita a comunidades em rápida mudança. Os novos desafios emergentes incluem a natureza dos conflitos sub-regionais e o tráfico de seres humanos através das fronteiras porosas.

Com o financiamento do Fundo ODM3 do governo holandês, a ACORD iniciou um programa regional em 2009 designado 'Crimes Ocultos da Guerra: Desafiando a impunidade da Violência Sexual e Baseada no Género nos Países no quadro da Conferência Internacional para a Região dos Grandes Lagos'.

O programa envolve o trabalho da ACORD no Burundi, República Democrática do Congo, Quênia, Tanzânia e Uganda. Isto contribuirá para a implementação de mecanismos de combate à impunidade e de acesso à justiça para os sobreviventes da violência sexual e baseada no género e promover os direitos da mulher.

Marcos do Fim da Impunidade Relacionada com a Violência Sexual e Baseada no Género em 2009

Abril de 2009

No lançamento da campanha 'Meu Corpo, Meus Direitos', em Nairobi, foi ressaltada com veemência a necessidade de se inculcar um compromisso político, expandir a capacidade constitucional e engajar a participação e a responsabilidade da comunidade.

"O desafio agora é reconhecermos a gravidade do problema e evitar que nos tornemos perpetradores sem o saber. Devemos, portanto, tomar coragem e fazer o que deve ser feito no momento certo", disse Josephine Odera do Fundo das Nações Unidas para a Mulher na África Central. Ela também incentivou os participantes a intensificar os esforços de defesa de modo a pôr fim à impunidade da violência sexual.

Com base nas constatações das auditorias Judiciais levadas a cabo em 5 países, as recomendações fazem um apelo no sentido de se promulgar legislação nacional mais severa contra crimes sexuais, desenvolvimento contínuo de capacidades para lidar com a violência sexual dentro do serviço policial, promoção de infra-estrutura de saúde sensível às necessidades da violência sexual e reforçar a capacidade das organizações comunitárias para a monitorização e as ações de resposta.

Outubro de 2009

A segunda Conferência Pan-Africana sobre o fim da impunidade na violência sexual, intitulado 'segurança da mulher e diligências preparatórias - deslocalização das narrativas', foi realizada em Kampala, Uganda. A conferência não só constituiu uma plataforma de reflexão, como também um espaço para o engajamento prático com os actores em torno do significado da segurança da mulher e das plataformas e estruturas de justiça de transição para a redefinição da resposta das mulheres à impunidade da violência sexual.

Com base no fórum, a equipa dos representantes dos parlamentares, as instituições regionais e as organizações da sociedade civil na região dos Grandes Lagos elaboraram um comunicado da conferência.

Comprometeram-se a conceber mais e novas estratégias de responsabilização dos governos, investir no melhoramento da alavancagem e no desenvolvimento de relações, engajando novas partes interessadas e aproveitando as oportunidades, bem como confrontar os quadros ideológicos que tratam a mulher como um ser inferior.

“Não se pode lograr mudanças fundamentais sem uma certa dose de loucura. Neste caso, trata-se de não conformidade, de coragem para virar as costas às velhas fórmulas e criar o futuro.”
- Thomas Sankara



Um fórum de mulheres para a sensibilização sobre a prevenção da transmissão vertical do VIH, perto do Lago Vitória, no Quênia.

4 HIV e SIDA em Foco

Olhando para Além da Preocupação com a Saúde

Actualmente, os efeitos negativos do HIV e SIDA em muitas comunidades africanas continuam a fazer-se sentir de uma forma transversal em todos os sectores, em especial, na educação e na agricultura. A noção anterior de que o HIV e SIDA eram puramente uma questão de saúde mudou de forma drástica nos últimos tempos.

Estima-se que, mais de 25 milhões de pessoas compreendendo a faixa etária no auge da sua idade produtiva, dos 15 aos 49 anos, encontram-se infectadas com o vírus de HIV. Além disso, dentro dessa categoria, 60% são agregados constituídos por mulheres e raparigas.

Esta situação retrata um quadro sombrio em termos de consecução do 6º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio relativo ao combate do HIV e SIDA. A perda de membros produtivos da comunidade tem impacto na capacidade do agregado familiar produzir ou adquirir alimentos.

Mas ainda há esperança. Os programas de sensibilização promovidos pela ACORD e diversas organizações, redes e parcerias ao nível da base estão a contribuir para inverter as tendências negativas na África subsaariana. Estas medidas são concomitantes com a integração do VIH em todas as actividades relacionadas com segurança alimentar, em especial, o género e a transformação de conflitos.

A redução nas taxas de seroprevalência reportada na África subsaariana constitui motivo de regozijo das populações. Além disso, as necessidades das pessoas que vivem com HIV figuram actualmente nas campanhas mundiais, tais como a campanha 'Geração Livre da SIDA', bem como a dotação orçamental de 15% para a saúde no âmbito da Declaração de Abuja.

“A pobreza é tanto uma consequência como também uma causa da propagação do HIV e SIDA. Esta relação continua a ser uma característica geral a todos os níveis, incluindo o nível individual, familiar, comunitário, nacional, regional, bem como internacional.”
Ousainou Ngum, Director Executivo da ACORD.

Campanha 'Juntos' Trazemos a Esperança às Comunidades Locais

A campanha nacional designada “homens e mulheres juntos na prevenção da transmissão vertical do HIV” constituiu um momento-chave para a ACORD no Burundi. Foi uma oportunidade ímpar para o lançamento do Dia Mundial da SIDA e das actividades da Semana de Luta contra o HIV, bem como para facilitar fóruns públicos, talk shows e visitas a domicílios de pessoas afectadas pelo HIV e SIDA.

Os eventos atraíram activistas e defensores dos direitos das pessoas que vivem com ou afectadas pela seroprevalência nas 11 províncias, bem como representantes de organizações que trabalham em questões relacionadas com o HIV.

O trabalho da ACORD no Burundi foi direccionado para a promoção do acesso universal aos cuidados, a fim de fazer o acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos pelos países no sentido de alocar, pelo menos, 15% do orçamento nacional ao sector da saúde. As condições de vida das pessoas afectadas pelo HIV e SIDA, em especial, as mulheres constituíram a nossa principal preocupação durante a campanha.

O lançamento do Dia Mundial da luta contra o SIDA e da Semana de Luta contra o HIV teve lugar no hospício para pessoas que vivem com HIV da Associação Ntusingarinyuma, na Província de Kayogoro.

“Na sequência dos debates de sensibilização sobre o HIV, pude entender a vantagem de ter optado pelo aconselhamento e testagem, em especial, quando esperava um filho. Submeti-me ao teste de HIV e estou a receber apoio, no quadro do qual recebi uma vaca leiteira que me foi dada para ajudar a alimentar o meu bebé. A boa notícia é que o meu filho é seronegativo e é uma dádiva de mim para a Associação Ntusingarinyuma pela sua ajuda”, disse Bernadete, um membro da Associação Ntusingarinyuma para pessoas infectadas com HIV e SIDA.

As estatísticas de 2009 demonstram que dos 80% das mulheres grávidas que deviam visitar os centros de aconselhamento e testagem no Burundi, apenas 39% o fizeram; por outro lado, somente 10% seguiram, até à conclusão, as orientações para a prevenção da transmissão vertical do HIV.

Além disso, a fraca participação de todos os membros da comunidade, em especial, dos homens, foi considerada como um dos maiores desafios. Felizmente, a campanha “Juntos” no Burundi poderá contribuir para melhorar a situação.

5

Construindo a Paz através do Diálogo

O Diálogo e a Paz conduzidos pela comunidade ganham ímpeto

A promoção de diálogo entre as comunidades em torno das questões de gestão dos recursos naturais pode levar a uma resposta mais pacífica à gestão de recursos. Tal foi o caso no Chade, onde a ACORD tem estado a promover a construção da paz através de um projecto de gestão comum dos recursos naturais.



Agricultores e produtores pecuários no Chade escutando atentamente durante o diálogo comunitário e formação

O uso e aproveitamento de terra, o acesso aos pontos de água e outras actividades relacionadas com recursos naturais fazem parte da dinâmica social que originou disputas e violentos conflitos entre as comunidades nas regiões de Chari Chade, Guera, Hadjer Lamis e Ouaddai. Em 2009, cerca de 300 pessoas perderam a vida na sequência de violência resultante de conflitos em torno de recursos.

A Convenção Local tenta corrigir estes ciclos de violência envolvendo as comunidades locais num diálogo entre si, na tentativa de desenvolver, ao nível da base, soluções sustentáveis aos seus problemas. Os esforços de construção da paz conseguiram alcançar mais de 150.000 pessoas em 10 grupos comunitários de 4 regiões.

10

“Os conflitos, quer sejam de natureza política, económica ou social, têm efeitos devastadores em países instáveis e nos segmentos mais vulneráveis da população, em especial, entre as mulheres, as crianças, os idosos e os pobres.

Implementação das Recomendações das Nações Unidas sobre as Causas de Conflitos e Promoção de uma Paz Duradoura e de Desenvolvimento Sustentável em África, 2009.

As autoridades locais ao nível da base compartilharam cópias da Convenção Local com os membros dos subcomités nas suas zonas. O apoio adicional dos líderes comunitários constituiu uma demonstração inícuva do interesse por parte das comunidades locais na construção de uma paz duradoura.

A ACORD firmou uma parceria com Fikirma, uma junta consultiva (think tank) dedicada à construção da paz e grupo de advocacia, a fim de poder atingir os lugares mais recônditos no seu plano de disseminação. Além disso, os membros das unidades que formam o quadro de consulta efectuaram viagens regulares às diferentes zonas a fim de explicar a importância dos acordos de paz às diferentes comunidades.

“Os grupos de agricultores e de produtores pecuários possuem e fazem uso do mecanismo endógeno de prevenção de conflitos que reflecte a sua vontade de levar a gestão de conflitos para o próximo nível”, explica Abdoulaye, um representante de construção de paz comunitária local de Bokoro.

Como resultado, os conflitos persistentes diminuíram de forma significativa no último ano e também houve uma redução na ocorrência de práticas corruptas pelas forças de segurança reportadas. Mais importante ainda, os produtores pecuários e os agricultores começaram a praticar a coexistência pacífica, conforme testemunhado através de casamentos, baptizados e comércio.

“Antes da Convenção Local, eram as autoridades locais e as agências de segurança que serviam de mediadores durante os conflitos. Porém, actualmente, os próprios membros da comunidade conseguem reunir-se a fim de buscar soluções assumindo o seu papel como principais actores e mediadores da paz”, observou Hadjer Lamis, membro de uma rede popular em prol da paz.

Tem-se observado um crescente interesse no apoio à construção da paz e no processo de negociação por parte de outros actores no seio da comunidade, da União Europeia e de outros grupos de financiamento, decisores políticos e mesmo de países vizinhos. Isto é deveras encorajador e pressagia momentos promissores para as comunidades que entram em conflito por causa da utilização dos recursos naturais.

6 Secção Financeira

Relatório Financeiro da ACORD Referente ao Exercício Findo a 31 de Dezembro de 2009

((Em libras esterlinas, '000))

	Fundos não Restritos	Fundos Restritos	Total 2009	Total 2008
Receitas				
Doações e recursos afins	42	0	42	33
Recursos do Governos e outros	1,457	6,131	7,588	6,762
Total de Receitas	1,499	6,131	7,630	6,795
Despesas				
Actividades de beneficência	1,315	6,354	7,669	6,361
Custos de Administração	105	53	158	161
Total de Despesas	1,420	6,407	7,827	6,522
Receitas/Despesas Líquidas	79	(276)	(197)	273
Total de fundos transportados	873	616	1,489	1,216
Total de fundos transportados no fim do exercício	952	340	1,292	1,489

Todas as receitas e despesas são resultantes de actividades em curso. Não existem outros ganhos ou perdas além dos acima indicados; por conseguinte, nenhuma declaração de ganhos ou perdas é apresentada.

Este é um extracto do resumo das contas. As contas são auditadas por Horwath Clark Whitehill LLP e encontram-se disponíveis no nosso website: www.acordinternational.org

Maggie Pankhurst
Tesoureira

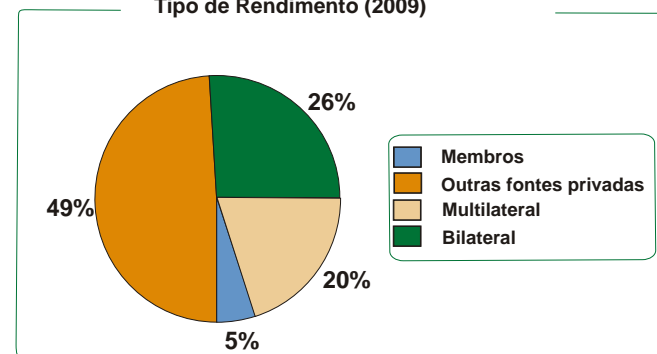
Ibrahim Ouedraogo
Presidente do Conselho de Administração

Balancete até 31 de Dezembro de 2009

(Em libras esterlinas, '000)

	2009	2008
Activo		
Activo fixo tangível	21	1
Activo Correntes:		
Devedores	1,962	2,498
Fundo no banco e na caixa	850	593
Montantes revertendo ao passivo dentro de um ano	(1,541)	(1,603)
Activo líquido	1,292	1,489
Fundos		
Fundos liquidados restritos	340	616
Fundos não restritos	952	873
Fundos líquidos	1,292	1,489

Tipo de Rendimento (2009)



7 Sobre a ACORD

A ACORD é uma organização pan-africana que trabalha na área da justiça social e desenvolvimento. A ACORD desenvolve as suas actividades em 17 países, os seus programas incidem na área de subsistência com enfoque na soberania alimentar, construção da paz e transformação de conflito, género e HIV / SIDA. A governação e o reforço da sociedade civil são elementos transversais que caracterizam toda e qualquer actividade da ACORD.

O Conselho de Administração providencia a orientação e a fiscalização. Esta estrutura conta com o apoio de um processo de consulta decisória internacional. Os elementos-chaves deste processo são a assembleia geral anual, a mesa-redonda trienal de doadores e o fórum de aprendizagem.

Visão

Uma sociedade na qual os cidadãos sejam capazes de realizar os seus direitos e de cumprir as suas obrigações por igual.

Missão

A ACORD trabalha numa causa comum com pessoas carenciadas e com aquelas que viram negados os seus direitos à justiça social e desenvolvimento e formam parte de movimentos de cidadania com raízes locais.

Valores Fundamentais

- Acreditamos que as pessoas são os principais actores da sua própria sobrevivência e desenvolvimento
- Trabalhamos em prol da justiça social e igualdade, em especial, em prol dos pobres e marginalizados
- Para tal, trabalhamos em parceria com as comunidades e firmamos alianças com outras organizações
- Contribuímos para a resolução de conflitos que afectam as comunidades com as quais trabalhamos, cientes de que a justiça social e a igualdade constituem a base para uma paz significativa
- A fim de promover estes valores, a ACORD leva a cabo o seu trabalho com integridade e coragem
- Respeitamos e celebramos a diversidade, tanto dentro das comunidades com que trabalhamos, como também dentro da nossa própria organização
- Procuramos atingir um nível de excelência no trabalho que desenvolvemos.

Membros do Conselho de Administração

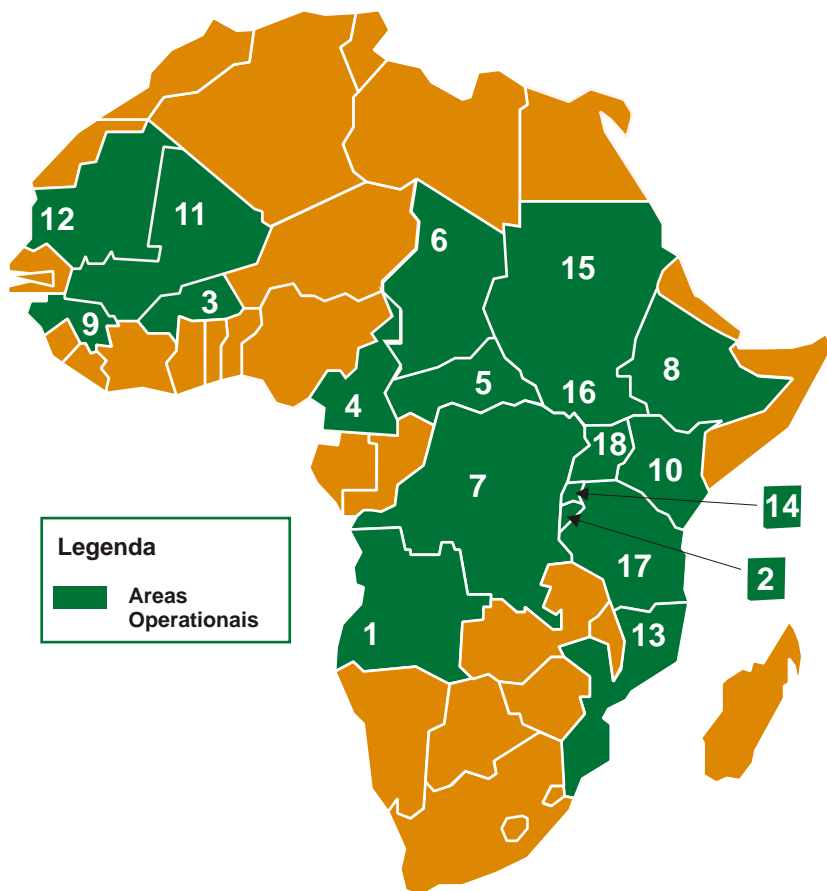
Kevin Teopista M. Akoyi
 Richard Bennett
 Sylli Gandega
 Molly Kane
 Gertrude Kazoviyo
 Kwame Kuffour
 Mutizwa Mukute
 Ibrahim Ouedraogo - Presidente
 Maggie Pankhurst - Tesoureira Honorária
 Betty Plewes

Equipa de Direcção Superior

Ousainou Ngum, Director Executivo
Emime Ndiokubwayo, Chefe de Política e Advocacia
 (integrado em Novembro de 2009)
Kristin Seljeflot, Chefe de Financiamento e Desenvolvimento de Parcerias
Carine Kidwingira,
 Gestor de Recursos Humanos
Elijah Lutwama,
 Chefe de Finanças
Monique Van Es,
 Gestor de Operações e Desenvolvimento de Programas



Presença da ACORD em África




A ACORD Desenvolve as suas Actividades nos Seguintes Países


- | | | |
|------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| 1. Angola | 7. República Democrática do Congo | 12. Mauritânia |
| 2. Burundi | 8. Etiópia | 13. Moçambique |
| 3. Burkina Faso | 9. Guiné | 14. Ruanda |
| 4. Camarões | 10. Quênia | 15. Sudão - Norte |
| 5. República Centro-Africana | 11. Mali | 16. Sudão - Sul |
| 6. Chade | | 17. Tanzânia |
| | | 18. Uganda |

Recursos referidos no presente relatório


Beyond 10%: Making the CAADP Work for Food Sovereignty in Africa; Policy Briefing Paper No. 6; June 2009. (Documento de política sobre soberania alimentar publicado em Junho de 2009. Este documento está disponível em inglês e francês)




Stand Up, Take Action to Free the Hungry Billion, Policy Briefing Paper No. 7; October 2009. (Documento de política sobre soberania alimentar publicado em Junho de 2009. Este documento está disponível em inglês)



WTO Doha Round Has Lost Its Development Flavour, Policy Briefing Paper No. 8 November 2009. (Documento de política sobre soberania alimentar publicado em Junho de 2009. Este documento está disponível em inglês)



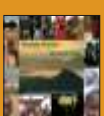
Making the Law Count: A Synthesis Audit of Legal Practice on Sexual Violence in the Great Lakes Region. (Uma síntese de prática jurídica n região dos grandes lagos)




Smash the Glass: Redefining Approached to Ending Impunity for Sexual and Gender Based Violence - (Um relatório da Conferência Pan Africana, Kampala, de outubro de 2009).



The Power of Action - (Um documentário de 30 minutos em DVD que segue as histórias de pessoas em Ruanda, Burundi e Tanzânia. Este documentário está disponível em inglês e francês).



ACORD Handbook: Community Social Peace and Recovery Model (Um manual para a paz social comunitária e recuperação).



Os recursos acima referidos bem como outros recursos da ACORD podem ser consultados no seguinte sítio na Web: www.acordinternational.org

A ACORD é uma organização pan-africana com presença em 17 países, trabalhando com os pobres e os marginalizados em prol da justiça social e do desenvolvimento



Secretariado da ACORD

Escritório de Nairobi:

ACK Garden House
P.O Box 61216 - 00200
Nairobi, Kenya
Tel: + 254 20 272 11 72/ 85/ 86
Fax: + 254 20 272 11 66
E-mail: info@acordinternational.org

Escritório de Londres:

Development House
56 - 64 Leonard Street
Londres, EC2A 4LT
Reino Unido
Tel: + 44 (0) 20 7065 0850
Fax: + 44 (0) 20 7065 0851

A ACORD é uma organização de caridade registada regida pelo memorando e escritura de associação no Reino Unido.

Número de registo 283302 / Registo de Companhia Nº 1573552

www.acordinternational.org